

A formação de conservadores-restauradores de bens culturais móveis no Brasil: memórias e trajetória histórica

Aloisio Arnaldo Nunes de Castro

Laboratório de Conservação e Restauração de Papel, Museu de Arte Murilo Mendes, Universidade Federal de Juiz de Fora, Rua Benjamin Constant, n.º 790, Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil
aloisio.arnaldo@gmail.com

Resumo

Neste artigo propõe-se uma reflexão panorâmica sobre a trajetória histórica da formação educacional do conservador-restaurador de bens culturais no âmbito brasileiro, abrangendo o recorte cronológico de 1855 até à década de 2010. Utilizando a análise documental e revisão bibliográfica, investigam-se ainda os marcos teóricos, as influências internacionais e as políticas educacionais e sociais que alicerçaram a formação educacional e a construção desse profissional especializado no âmbito brasileiro.

Palavras-chave

História
Conservação-restauração
Formação profissional
Conservador-restaurador

The formation of movable cultural property conservators-restorers in Brazil: memories and historical trajectory

Abstract

This article proposes a panoramic reflection on the historical trajectory of the educational background of the conservator-restorer of cultural goods in the Brazilian context, covering the chronological interval that goes from 1855 to the 2010s. Using documentary data analysis and bibliographic review, it was also investigated the theoretical landmarks, paradigms, international influences and social policies that served as a foundation for the training and the development of this specialized professional within the Brazilian state.

Keywords

History
Conservation-restoration
Professional qualification
Conservator-restorer

A atuação da Academia Imperial de Belas Artes na formação do conservador-restaurador: origens da profissão na administração pública brasileira no Segundo Reinado (1840-1889)

Concebida como importante capítulo da história da educação brasileira, a Reforma Pedreira – instituída por D. Pedro II pelo Decreto n.º 805, de 23 de setembro de 1854 – integrou um amplo programa de reformulação das instituições públicas coordenado pelo governo central do Segundo Reinado. Assim, em 1855, Manuel Araújo Porto-Alegre (1806-1879), apoiado por D. Pedro II (1825-1891), iniciou ampla reforma de modernização na Academia Imperial de Belas Artes (AIBA), objetivando ajustar a instituição de ensino artístico aos progressos técnicos assinalados nos Oitocentos. Dentre as várias inovações determinadas por Porto-Alegre, destaca-se o aumento do edifício escolar, dotando-o com um anexo para abrigar a Pinacoteca, bem como a inovadora criação do cargo de “Restaurador de quadros e Conservador da Pinacoteca” [1]. No bojo de suas atividades profissionais, esse funcionário incumbia-se de ensinar aos estudantes as práticas de restauração, por ele realizadas, no acervo de pinturas da Coleção Nacional, então alocada na AIBA.

Nesse ambiente competitivo – que conferia grande ênfase à meritocracia artística [2] –, os alunos que demonstravam melhor desempenho artístico e, portanto, acumulavam prêmios em salões oficiais, eram os indicados pelos mestres para ocuparem o cargo de “Ajudante de conservador da pinacoteca” da AIBA [3]. Tal constatação contribuiu para a interpretação de que, sob a perspectiva da relação mestre-discípulo, as atividades de conservação e restauração estavam presentes naquela instituição de ensino artístico oitocentista, integrando-se, assim, na formação educacional dos alunos.

No que concerne à valoração do objeto a ser preservado, observa-se a atribuição de significado didático ao acervo, na medida em que ele servia de modelo para a execução de cópias das obras dos grandes mestres pelos alunos nas aulas práticas de desenho e pintura [4]. Nesse sentido, detecta-se que as origens da formação do conservador-restaurador de bens culturais no âmbito brasileiro mostram-se vinculadas aos elementos de natureza visual, bem como diretamente relacionadas às práticas pedagógicas da AIBA.

As práticas da “Arte da Restauração” na Escola Nacional de Belas Artes

Com a Proclamação da República, em 1889, a AIBA é transformada na Escola Nacional de Belas Artes (ENBA) [5]. Num esforço para identificar as matrizes teóricas que possivelmente nortearam as práticas de conservação-restauração na ENBA, é possível localizar alguns livros dessa temática na biblioteca de obras raras do Museu

D. João VI, datados da década de 1890, provavelmente utilizados no âmbito daquela instituição de ensino. Trata-se de manuais práticos, como *Guide Pratique du Restaurateur-Amateur de Tableaux, Gravures, Dessins, Pastels, Miniatures*, de Oscar Edmond Ris-Paquot (1835-?), publicado em 1890 [6], e a obra *Il Restauratore dei Dipinti*, de Giovanni Secco Suardo (1798-1873) [7]. A existência dos referidos manuais na biblioteca da ENBA é bastante sintomática, na medida em que sugere a preocupação em tomar contato com os saberes de conservação-restauração então praticados no ambiente europeu.

Nesse sentido, é interessante observar a atuação de Rodolfo Amoedo, vice-diretor e professor de pintura. No escopo do programa apresentado pelo docente da ENBA, em 18 de fevereiro de 1920, constatam-se, de modo muito particular, conteúdos que sugerem a subordinação da conservação-restauração à arte da pintura, tais como, “limpeza e reparação de pinturas deterioradas”, colas, gomas, resinas, essências, óleos e vernizes, bem como as “reparações de acidentes diários, quais sejam, rasgões, empolas” [8]. Ao avaliar-se a programação do Curso de Pintura da ENBA defendido por Rodolfo Amoedo, é possível detectar elementos vinculados às matrizes italianas da “Arte de Restauração” oitocentista proposta por Secco-Suardo. Assim, observa-se que a pertinência do ensino da restauração de pinturas, no âmbito do Curso de Pintura da ENBA, encontraria amparo nas formulações de Secco-Suardo, ao afirmar que: “o verdadeiro e perfeito restaurador deve, além de tudo [...] ser um pintor em todos os sentidos do termo, e versado em todas as práticas de pinturas” [7]. Desse modo, à luz da Arte da Restauração, persiste, ainda, o *habitus* estruturado na concepção do artista-restaurador, do pintor-restaurador e do escultor-restaurador.

A atuação de Gustavo Barroso no campo da Conservação-Restauração: influências do Escritório Internacional de Museus

Em fins da década de 1940, destacam-se os tratados relativos à conservação-restauração defendidos por Gustavo Barroso no escopo da disciplina “Técnica de museus”, por ele ministrada no Curso de Museus. Em 1946, é publicada a *Introdução à Técnica de Museus*, escrita por Gustavo Barroso – considerada como primeira obra de referência de Museologia no Brasil. Essa publicação estava em consonância, portanto, com a formação de profissionais de museus do Curso de Museus do Museu Histórico Nacional (MHN). Dentre as normas e diretrizes de organização de museus e do tratamento de acervos, é interessante observar o enfoque dado por Gustavo Barroso à atividade de conservação-restauração, sobretudo no que diz respeito à valoração do objeto a ser preservado a partir das “reliquias do passado”. Essa narrativa expressa a preocupação de Barroso com a

questão da identidade nacional, denotando, ainda, a dimensão simbólica de consagração conferida ao objeto museológico. Apoiado numa literatura tipicamente europeia, Barroso escreve um capítulo intitulado “Como se fazem restaurações” [9]. Verifica-se, na narrativa do autor, um sentido de subjacência da conservação-restauração ao campo da Museologia, ou seja, percebe-se, de modo demarcado, a atribuição de capital simbólico ao diretor e ao conservador de museu a ponto de “dirigir e criticar” a ação do restaurador. Ao sabor das repercussões da Conferência Internacional de Roma, em 1930 – exemplificativa que é da sistematização da ciência moderna –, verifica-se a apropriação do discurso cientificista demarcado no cenário europeu, que tende a contrapor com os preceitos estabelecidos pela antiga Arte da Restauração. É no escopo da Museologia que se verifica a realização do primeiro Curso de Conservação e Restauração de Obras de Arte, sob a chancela de extensão universitária, realizado no Gabinete de Restauração do Museu Histórico Nacional, em junho de 1968, coordenado por Sérgio Guimarães, abordando conteúdos que remontam à sua experiência de estágio no Instituto José de Figueiredo, em Portugal [10].

Os restauradores pioneiros Edson Motta, João José Rescala e Jair Afonso Inácio: atuação na formação de conservadores- restauradores (1950-1980)

Em 1942, Edson Motta, então Perito em Belas Artes da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), viajou para os Estados Unidos, com uma bolsa da Fundação Rockefeller, a fim de cumprir uma “viagem de estudos”, quando fez estágio de dois anos no Fogg Art Museum da Universidade de Harvard [11] recebendo uma formação voltada para os “Estudos Técnicos”[12]. Ao regressar, trouxe novos critérios e técnicas de restauração, sendo, a partir de então, referência na formação de profissionais atuantes em bens culturais móveis e integrados. Em 1951, demarca-se a criação pioneira do ensino da conservação e restauração, no âmbito universitário, quando Motta inicia o ensino da conservação e restauração no Brasil, por meio da disciplina “Teoria, conservação e restauração da pintura”, na Escola de Belas Artes (EBA) da Universidade do Brasil (atual UFRJ) [13]. Motta ministrou esta disciplina até 1980; portanto, ao longo de três décadas, constituindo, dentre as poucas opções, uma modalidade de aprendizado para aqueles que desejavam ingressar no campo da Conservação-Restauração. Desse modo, estudantes brasileiros (oriundos de vários estados) e sul-americanos, além de frequentarem a disciplina na EBA, completavam, simultaneamente, sua formação com o aprendizado de técnicas, em regime de estágio prático, no Laboratório-Atelier do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), preparando muitos profissionais para

atender as demandas reclamadas não somente no âmbito brasileiro, mas em países da América do Sul, tais como, Argentina, Bolívia, Paraguai, Peru e Uruguai [14].

Já em maio de 1952, o restaurador João José Rescala, então discípulo de Motta, muda-se para Salvador, tendo em vista iniciar a organização do serviço restauração do patrimônio dos estados da Bahia e de Pernambuco, bem como para lecionar a disciplina “Teoria, conservação e restauração da pintura” na Universidade Federal da Bahia (UFBA) [15]. No que concerne à formação educacional, cabe ressaltar que a ementa da disciplina não visava à formação de restauradores, mas possibilitar conhecimentos sobre a teoria da pintura, materiais artísticos e conteúdos de conservação-restauração para os alunos que buscavam formação artística. Não obstante, ao longo de três décadas, representou, dentre as raras opções, uma modalidade de aprendizado para aqueles desejavam ingressar no mercado de trabalho da conservação e restauração de bens culturais.

Coube ao restaurador mineiro Jair Afonso Inácio – que iniciara o seu aprendizado como Motta e, em 1961, cumpriu estágio no Institut Royal du Patrimoine Artistique (IRPA), em Bruxelas, na Bélgica [16] – a criação, em 1971, de um curso livre de formação de restauradores, na Fundação de Arte de Ouro Preto (FAOP), do qual foi coordenador e professor até 1982. Considerando a escassez de mão de obra especializada para atuar no campo da Conservação-Restauração, sobretudo em relação ao patrimônio cultural do período barroco, esse curso representou importante papel na formação de restauradores. Atualmente, esse curso se denomina “Curso Técnico em Conservação e Restauração de Bens Culturais”, na FAOP, e tem por objetivo formar profissionais técnicos capacitados para análise, diagnóstico e intervenção em questões de conservação e restauração de bens culturais móveis (papel, escultura policromada e pintura em cavalete).

Projetos de implantação de laboratórios-escola no âmbito do IPHAN: tentativas e fracassos

Os anseios relativos à formação educacional de conservadores-restauradores no âmbito brasileiro já se faziam notar na década de 1960. No início da gestão de Renato Soeiro, foi elaborado o “Projeto de Auxílio para a formação de técnicos em conservação de obras de arte”, a ser implementado no âmbito da DPHAN. Numa reunião de profissionais da conservação-restauração, ocorrida no Departamento de Assuntos Culturais da OEA, realizada em Quito, em 1967, reconheceu-se a necessidade de se aparelhar devidamente o laboratório que a DPHAN mantinha em funcionamento no Rio de Janeiro, com o objetivo de preparar técnicos para aquelas atividades. Referendado como “Filhos de Churubusco”, tal projeto estabeleceu como objetivo “assegurar de maneira adequada e proteção e valorização dos bens

culturais integrantes do patrimônio histórico, artístico e arqueológico, localizados em parte do território latino-americano” [17]. Em 1978, Maria Luiza Guimarães Salgado apresentou ao IPHAN o projeto da implantação do “Laboratório-Escola para restauração de papéis”, reclamando a adoção de uma metodologia científica em contraposição aos métodos puramente artesanais empregados no passado [14]. No entanto, tais proposições não foram efetivadas, certamente em razão dos desígnios políticos e administrativos e, conseqüentemente, o impacto das mudanças propostas não foi sentido no âmbito brasileiro.

O Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais da Universidade Federal de Minas Gerais: novos critérios e bases científicas

Considerada um divisor de águas na formação profissional brasileira, cabe destacar a criação pioneira do curso de especialização em Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis, em 1978, na Escola de Belas Artes (EBA) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob a coordenação da professora Beatriz Ramos de Vasconcelos Coelho. Com o apoio da UNESCO e do Proyecto Regional de Patrimonio Cultural y Desarrollo (PNUD), esse curso contou com a participação de vários especialistas estrangeiros que contribuíram para o aprofundamento dos critérios, materiais e metodologias de trabalho e, conseqüentemente, para a formação de novos profissionais. Dois anos mais tarde, em convênio com a Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN), por meio do Programa de Cidades Históricas (PCH), foi criado o Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis (CECOR) na EBA da UFMG [18]. A atuação do CECOR na formação de conservadores-restauradores, ao longo de três décadas, contribuiu, sobremaneira, para a mudança do perfil profissional: antes considerado mero artesão, com muita habilidade e paciência, passou a ser visto como profissional especializado, voltado para o diálogo interdisciplinar e reflexivo no âmbito da preservação de patrimônio, incluindo critérios, materiais e técnicas de intervenção.

Implantação da graduação em Conservação-Restauração de Bens Culturais em centros privados e nas universidades federais na década de 2000: a consolidação da formação profissional universitária

No campo das instituições de ensino superior privado, a Universidade Estácio de Sá, numa iniciativa pioneira, implantou, em 2006, no Rio de Janeiro, o curso superior de Tecnologia em Restauração de Bens Culturais. Em

São Paulo, a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo também implantou a graduação tecnológica em Conservação e Restauração. Posteriormente, consoante com as políticas públicas de ampliação do acesso e permanência na educação superior brasileira – estabelecidas por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) pelo Decreto nº 6096, de 24 de abril de 2007 –, no Governo Lula (2003-2010), consolidou-se, em fins da década de 2000, a implantação dos cursos de graduação (bacharelado) em Conservação e Restauração de Bens Culturais nas universidades federais brasileiras – a saber: UFMG, UFRJ, Universidade Federal de Pelotas (UFPel) – com o propósito de preencher uma significativa lacuna na formação profissional em preservação do patrimônio cultural [19].

Em relação à pós-graduação *stricto sensu*, verifica-se, ao longo da última década, a consolidação de cursos de mestrado e doutorado com linhas de pesquisas voltadas para a preservação, conservação e restauração de bens culturais móveis. A UFMG é exemplo de agenciamento de pesquisas nesse campo, por meio do Programa de Pós-Graduação em Artes da EBA, cuja linha de pesquisa “Preservação do Patrimônio Cultural” engloba o estudo teórico-metodológico em torno da diversidade temática pertinente à área da preservação, com destaque para a conservação-restauração de bem cultural material e imaterial, conservação preventiva, gestão de acervos e ciências da conservação.

Outros cursos: temas, objetivos e níveis diversos

Além das graduações, funcionam atualmente no Brasil vários cursos de distintas concepções pedagógicas. No campo da preservação de documentos gráficos, a Escola Senai Theobaldo De Nigris, oferece, em São Paulo, os cursos de Assistente de Conservação Preventiva (qualificação profissional) e Assistente de Conservação-Restauração (especialização profissional). No Centro Técnico Templo da Arte, em São Paulo, há diversos cursos técnicos, pós-técnicos e de pós-graduação em Conservação-Restauração de Bens Culturais. Por meio do Programa de Educação Profissional (PEP), a FAOP oferece o Curso Técnico em Conservação e Restauero, em nível técnico, com a carga horária de 1.552 horas. Vinculados ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), há o Curso Técnico em Conservação e Restauero, promovido pelo Colégio Técnico da UFMG e o Curso Auxiliar de Conservação de Acervos, oferecido pelo Instituto Federal do Paraná [19].

Considerações finais

Os processos relativos à formação educacional dos conservadores-restauradores no Brasil não devem ser

compreendidos como fenômeno recente. Ao contrário, a operação historiográfica nos fornece elementos de análise de que as práticas de ensino-aprendizagem do conservador-restaurador remontam aos meados do século XIX, no âmbito da AIBA, pautada na relação mestre-discípulo, à luz da “Arte da Restauração”. No que concerne aos modelos de formação educacional analisados, cabe ressaltar que a inexistência de uma formação regular, por meio da graduação acadêmica, constituiu-se grave fator que comprometeu, sobremaneira, o desenvolvimento da disciplina no âmbito brasileiro. Coube, portanto, às instituições detentoras de acervos, por meio de um ensino informal, a promoção de treinamentos práticos, estágios supervisionados e cursos de curta duração com vistas a suplantarem a evidente lacuna educacional.

Na perspectiva contemporânea, quando se analisa o quadro de oferta da formação educacional do conservador-restaurador de bens culturais no âmbito brasileiro, verifica-se um panorama heterogêneo e diversificado, quanto à composição dos níveis escolares, que vão desde cursos livres (sem lugar preciso na estrutura acadêmica), ministrados em centros privados, passando por cursos de variados níveis: de qualificação profissional, especialização profissional, técnico, tecnólogo, bacharelado até aos cursos de especialização (*lato sensu*) e mestrado e doutorado (*strictu sensu*). Há que se considerar, na última década, o estabelecimento de linhas políticas – em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação – PRONATEC, PEP e REUNI como instâncias que fomentaram, de modo significativo, o desenvolvimento da área educacional. Não obstante, percebe-se que a oferta de cursos se concentra na Região Sudeste do País, revelando a escassez educacional no restante geográfico, ao considerarmos as dimensões continentais do território brasileiro. Constatase, ainda, a restrita atuação de profissionais com formação e qualificação especializada para atender às expressivas demandas de preservação do patrimônio cultural brasileiro.

Do empirismo à cientificidade, o que se verifica, conforme a perspectiva bourdieusiana, é a substituição do paradigma de autoridade artística pelo paradigma de autoridade científica [20]. Por conseguinte, os anseios apresentados pela sociedade por um profissional qualificado com cursos de formação na área, seja em nível técnico, tecnológico, graduação ou pós-graduação, promoveu, de modo contundente, a alteração do perfil profissional no país.

Todavia, a despeito dos recentes progressos assinalados no campo da formação profissional, bem como o reconhecimento do estatuto científico da disciplina, em 18 de setembro de 2014, a presidência da República vetou o Projeto de Lei nº 370, de 2007 [21], que previa sobre a regulamentação do exercício da profissão de Conservador-Restaurador de Bens Culturais Móveis, implicando, por conseguinte, a falta de visibilidade da atividade profissional no mundo social do trabalho.

Ao voltar-se para essa perspectiva de análise, este artigo lança luz sobre a gênese e o processo de construção cultural da formação escolar do conservador-restaurador de bens culturais móveis, apontando perspectivas de análise sobre deontologia da profissão do conservador-restaurador, bem como questões relativas à historiografia da conservação--restauração de bens culturais no Brasil. Assim, julgamos de fundamental importância o exame epistemológico relativo ao processo educacional da conservação--restauração de bens culturais, ao longo das distintas temporalidades históricas, para que possamos, na perspectiva da história do tempo presente, compreender a atuação do conservador--restaurador na atual sociedade globalizada. Desse modo, tal como declarou Paul Philippot, “o desenvolvimento da restauração só se dará, de fato, na medida em que o âmbito da sua função cultural seja compreendido e sustentado pela sociedade” [22].

Referências

- 1 ‘Decreto n.º 805 – de 23 de setembro de 1854. Autorisa o Governo para reformar a Academia das Bellas Artes’, in *Collecção das Leis do Imperio do Brasil*, tomo XV, parte I, Typographia Nacional, Rio de Janeiro (1854) 83-84.
- 2 *Alunos Premiados da Academia Imperial de Belas-Artes*, série D, n.º 1, Escola Nacional de Belas-Artes, Rio de Janeiro (1958) 1-2.
- 3 ‘Documento n.º 4268. Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1883’, manuscrito, Arquivo Museu Dom João VI, Escola de Belas Artes, UFRJ, Rio de Janeiro.
- 4 Galvão, A., ‘Manuel Araújo Porto-Alegre: sua influência na Academia Imperial das Belas Artes e no meio artístico do Rio de Janeiro’, *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* **14** (1959) 19-120.
- 5 ‘Decreto n.º 983 – de 08 de novembro de 1890. Aprova os Estatutos da Escola Nacional de Belas Artes’, in *Decretos do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil*, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro (1890) 3533-3547.
- 6 Ris-Paquot, O. E., *Guide Pratique du Restaurateur-amateur de Tableaux, Gravures, Dessins, Pastels, Miniatures*, Henri Laurens, Paris (1890).
- 7 Secco-Suardo, G., *Il Restauratore Dei Dipinti*, Ulrico Hoepli, Milano (1894)
- 8 ‘Centenário de Rodolpho Amoedo’, in *Arquivos da Escola Nacional de Belas-Artes*. Oficina Gráfica da Universidade do Brasil, Rio de Janeiro (1957) 16.
- 9 Barroso, G., *Introdução à Técnica de Museus*, Gráfica Olímpica, Rio de Janeiro (1946).
- 10 Castro, A. A. N., ‘Do restaurador de quadros ao conservador-restaurador de bens culturais: o corpus operandi na administração pública brasileira de 1855 a 1980’, tese de doutoramento, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, (2013), <http://hdl.handle.net/1843/JSSS-9GGJEC> (acesso em 2015-5-13).
- 11 ‘Viagem de estudos aos Estados Unidos – Edson Motta, Perito em Belas Artes do SPHAN, datilografado, Arquivo Central – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, Série Centro de Restauração de Bens Culturais.
- 12 Ainsworth, M. W., ‘From connoisseurship to technical art history: the evolution of the interdisciplinary study of art’, *Conservation – The Getty Conservation Institute Newsletter*, **20**(1) (2005) 4-10.

- 13 Edson Motta – *Pinturas. Catálogo de Exposição Realizada no Museu Nacional de Belas Artes*, Rio de Janeiro (1982).
- 14 Castro, A. A. N., *A Trajetória Histórica da Conservação-restauração de Acervos em Papel no Brasil*, Editora UFJF–FUNALFA, Juiz de Fora (2012) 154-179.
- 15 ‘Discurso de João José Rescala ao tomar posse na Escola de Belas Artes/UFBA’, datilografado, Arquivo Central – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, Série Centro de Restauração de Bens Culturais (1956).
- 16 ‘Carta de Jair Afonso Inácio a Rodrigo Melo Franco, Bruxelas’, manuscrito, Arquivo Central – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, Brasil, Série Centro de Restauração de Bens Culturais (1961).
- 17 ‘Projeto de auxílio para a formação de técnicos em conservação de obras de arte’, datilografado, Arquivo Central – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, Série Centro de Restauração de Bens Culturais (1967).
- 18 Veloso, B. R., ‘A formação do conservador-restaurador na Universidade Federal de Minas Gerais’, dissertação de mestrado, Escola de Belas Artes, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte (1998) 15-28.
- 19 Castro, A. A. N.; Froner, Y., ‘Reflexões sobre o campo da conservação-restauração de bens culturais no Brasil: memórias e desafios historiográficos’, in *Patrimônio Cultural Plural*, ed. Y. D. S. Campos, Arraes Editores, Belo Horizonte (2015) 72-92.
- 20 Bourdieu, P., ‘Le champ scientifique’, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 2(2) (1976) 88-104, doi:10.3406/arss.1976.3454.
- 21 ‘Projeto de Lei n.º 370, de 2007. Regulamenta a profissão do Conservador-Restaurador de Bens Culturais Móveis e Integrados’, Senado Federal, Brasília, <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/81662> (acesso em 2015-5-13).
- 22 Philippot, P., ‘Restoration from the perspective of the humanities’, in *Historical and Philosophical Issues in the Conservation of Cultural Heritage*, ed. N. S. Price, M. K. Talley Jr. & A. M. Vaccaro, The Getty Conservation Institute, Los Angeles (1996) 216-229.

Recebido: 2015-12-28

Aceite: 2016-09-26

Online: 2016-10-26



Licenciado sob uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

Para ver uma cópia desta licença, visite
<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.pt>